



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAIRTON NOGUEIRA DA SILVA

CONTABILIDADE NACIONAL: ANÁLISE EVOLUTIVA DA COMPOSIÇÃO DO
PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL DE 1995 A 2013 SOB A ÓTICA DA
OFERTA

Orientador: Prof. M. Sr. Eduardo Rodrigues Linhares

FORTALEZA

Novembro/2014

MAIRTON NOGUEIRA DA SILVA

**CONTABILIDADE NACIONAL: ANÁLISE EVOLUTIVA DA COMPOSIÇÃO DO
PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL DE 1995 A 2013 SOB A ÓTICA DA
OFERTA**

Este artigo científico foi submetido à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho deste artigo científico é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

DATA DA APROVAÇÃO: 21/11/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Eduardo Rodrigues Linhares (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.ª Roberta Carvalho de Alencar
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.º Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|--------|
| 1..... | INTRODUÇÃO..... | pág.4 |
| 2..... | REFERENCIAL TEÓRICO..... | pág.5 |
| 2.1..... | Macroeconomia..... | pág.5 |
| 2.2..... | Ciência Contábil e Contabilidade Nacional..... | pág.6 |
| 2.3..... | Produto Interno Bruto - PIB..... | pág.6 |
| 2.3.1..... | PIB sob a ótica da oferta a custo de fatores..... | pág.7 |
| 2.3.2..... | O que não contabilizar no PIB..... | pág.8 |
| 2.3.3..... | Possíveis causas de variação do PIB..... | pág.8 |
| 3..... | METODOLOGIA..... | pág.9 |
| 4..... | ANÁLISE DE RESULTADOS..... | pág.10 |
| 5..... | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | pág.17 |
| 6..... | REFERÊNCIAS..... | pág.18 |

CONTABILIDADE NACIONAL: ANÁLISE EVOLUTIVA DA COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL DE 1995 A 2013 SOB A ÓTICA DA OFERTA

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução da contribuição dos componentes (setores de atividades da economia) do PIB sob a ótica da oferta no período de 1995 a 2013 e tem como objetivos específicos analisar a magnitude de contribuição desses componentes dando destaque para o período de maior contribuição e o período de menor contribuição. A pesquisa foi considerada de objetivo descritivo, com procedimentos documentais e de abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados utilizados foram de uma série histórica da composição do PIB (sob a ótica da oferta a custo de fatores) em termos anuais em forma de tabela da carta de conjunta econômica de 2014 elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o qual utilizou como fonte o sistema de contas nacionais referência 2000 do IBGE e, foi utilizado os limites mínimo e máximo do intervalo de 99% de confiança para a média calculado pelo teste t-student com n-1 graus como o mínimo e máximo esperado de contribuição de cada componente. Observou-se que todos os componentes do PIB sob a ótica da oferta teve contribuições abaixo do mínimo esperado e acima do máximo esperado, sendo destaque: a constatação da forte tendência de decréscimo da participação da indústria de transformação, revelando assim a necessidade de ação por parte do governo e empresários do setor com vista a reverter esta situação, e a forte tendência de crescimento de contribuição no produto do setor da indústria extrativa mineral.

Palavras-chave: Contribuição. Componentes. PIB

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade é a linguagem dos negócios, mas somente com as demonstrações contábeis não é possível compreender as condições e os fatores que influenciam os objetivos, as atividades e os resultados das empresas. É necessário também compreender a relação da empresa com seus ambientes interno e externo, considerando-a dentro de um contexto operacional e estratégico, no qual a compreensão do ambiente econômico e o comportamento da economia como um todo também faz parte, bem como as suas previsões (SILVA, 2012).

O cálculo dos agregados macroeconômicos desempenha um papel fundamental para se entender como tem se comportado a economia de um determinado Município, Estado ou País. Eles também permitem fazer comparações entre suas economias, pois conforme Além (2010) é através deles que é possível saber quanto foi produzido por cada setor de atividade, quanto foi gerado de renda através da produção para os diferentes agentes econômicos, quanto tem sido gasto em consumo e investimento e qual tem sido o peso do setor governo para a economia.

Esses agregados são calculados pela Contabilidade Nacional, a qual teve seus conceitos fundamentais e identidades básicas criadas após a grande depressão dos anos 30 pelo economista John Maynard Keynes e publicada em seu livro, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, em 1936, onde se constatou a necessidade de intervenção do governo na economia e também foi de onde derivou o sistema de contas nacionais idealizado por Simon Kusnetz da Universidade de Harvard e aperfeiçoado por Richard Stone da Universidade de Cambridge, onde estes receberam o prêmio Nobel por tais feitos e atualmente tem seu formato básico que serve como modelo para todas as nações elaborado pela Organização das Nações Unidas – ONU conhecido internacionalmente como *System of National Accounts* – SNA de

1993(SIMONSEN E CYSNE, 2009; ALÉM, 2010; VASCONCELLOS, 2009; BLANCHARD, 2011; PAULANI E BRAGA, 2013).

Esse sistema tem como conta mais importante a conta de produção, dela depende todas as outras, pois sem produção não há renda e sem renda não há gasto, ou seja, não há o que trocar (PAULANI E BRAGA, 2013).

Essa conta, conforme Vasconcellos (2009) procura medir a produção corrente não considerando os bens usados em períodos anteriores. Não muito diferente Dornbusch, Fischer e Startz (2009) dizem que a contabilidade nacional procura examinar o produto real da economia e que tem como umas das medidas fundamentais o Produto Interno Bruto - PIB que é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em dado período, neste cada produto é valorado ao seu valor de mercado e são somados obtendo-se o produto agregado.

Através do PIB de acordo com Hall e Lieberman (2003) é possível saber qual renda os cidadãos de determinado país estão obtendo, quanto estão gastando em produtos e serviços e quanto estão poupando. Os autores também dizem que variações do PIB em curto prazo são reflexos bastante precisos do desempenho da economia e que em variações em longo prazo é preciso ter cautela em relação a sua interpretação.

É importante observar que para a elaboração das contas nacionais é necessário utilizar as informações contábeis fornecidas pelas empresas tais como: o valor da produção, as atividades operacionais, o custo de produção, a renda gerada e sua distribuição e uso, como também as transações financeiras efetuadas (FEIJÓ & RAMOS, 2007).

Uma das formas de cálculo do PIB é a chamada ótica da oferta a custo de fatores ou ótica do produto a custo de fatores onde se permite saber quanto efetivamente cada setor produtivo da economia gerou de valor adicionado, ou seja, permite-se ver a contribuição efetiva de cada setor no PIB (PAULANI & BRAGA, 2013).

Neste sentido o presente trabalho propõe-se a responder a seguinte questão de pesquisa: qual a magnitude de contribuição dos setores de atividades econômica classificados segundo o Sistema de Contas Nacionais referência 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na composição do PIB brasileiro? O objetivo geral analisar a evolução dos componentes do PIB no período de 1995 a 2013 (período caracterizado por três presidentes da república diferentes no poder) sob a ótica da oferta a custo de fatores e tem como objetivos específicos analisar a magnitude de contribuição desses componentes dando destaque para o período de maior contribuição e o período de menor contribuição, cumprindo uma parte do objetivo final da contabilidade que é fornecer informações de natureza econômica, patrimonial e financeira de uma azienda, com vista a possibilitar controle e planejamento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É importante destacar que esta não é uma forma usual de se analisar o PIB.

2.1. Macroeconomia

A Macroeconomia é a parte da teoria econômica que se ocupa do comportamento da economia como um todo – expansões, recessões, produto total de bens e serviços da economia, crescimento do produto, as taxas de inflação e desemprego, etc. (DORNBUSCH, FISCHER e STARTZ, 2009). Estes explicam que devido à macroeconomia tratar todos os mercados dos diversos bens como um só mercado, as peculiaridades das unidades econômicas individuais não são levadas em consideração, ou seja, há uma abstração das diferenças, onde detalhes que podem ser importantes são omitidos.

De acordo com Gremaud *et al* (1998), o principal objetivo da macroeconomia é analisar de forma agregada como são determinados os preços e as quantidades dos bens e serviços produzidos e dos fatores de produção existentes na economia desprezando as características individuais de cada uma dessas variáveis. Os autores detalham isso com um exemplo, dizendo que, para responder como o nível de atividades no mercado de bens e serviços tem se comportado, é preciso fazer uma agregação de todos os bens produzidos pela economia durante determinado período de tempo para encontrar um agregado macroeconômico chamado Produto Nacional e fazem uma observação que este agregado não considera as características individuais de cada produto. Eles também dizem que a média dos preços de todos esses bens produzidos representa mais um agregado macroeconômico chamado de Nível Geral de Preços.

Vasconcellos (2009) diz que é a parte da teoria econômica que estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados, entre estes estão o PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, etc., com o objetivo de traçar uma política econômica.

Hall e Taylor (1989) dizem que a macroeconomia é o estudo que visa conhecer as causas de variações da economia tais como recessão (queda da produção e aumento do desemprego) e a recuperação (aumento da produção e do emprego), ou seja, as flutuações da economia das variáveis agregadas.

2.2. Ciência Contábil e Contabilidade Nacional

O 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro (1924, Citado por Montoto, 2011, pág. 38) definiu contabilidade como “A ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica”, este diz também que o campo de aplicação da contabilidade é uma azienda (entidade com ou sem fins lucrativos, de objetivo social ou econômico) que é um conceito mais abrangente, não se limitando ao conceito de empresa e que ela pode ser classificada em relação aos seus fins e proprietários nos quais está incluso os fins sociais com para atender os interesses da coletividade. O autor salienta que, para se registrar na contabilidade é utilizado o método das partidas dobradas (o valor total dos débitos deve ser igual ao valor total dos créditos e para lançamento a débito existe um ou mais correspondentes lançamentos a crédito) e que o fornecimento de informações de natureza econômica para controle e planejamento faz parte do objetivo final da Contabilidade.

Com isso a contabilidade Nacional apesar de ser executada e estudada por economistas, pode ser vista como uma ramificação ou área específica das Ciências Contábeis, pois, conforme Simonsen e Cysne (2009) ela também é baseada no sistema de partidas dobradas sistematizado e difundido em 1494 por Luca Paccioli, o qual tem dois princípios são eles: o do equilíbrio interno de cada conta (o valor total dos débitos deve ser igual ao valor total dos créditos) e o do equilíbrio externo do sistema (para lançamento a débito existe um correspondente lançamento a crédito). Ela contabiliza atividades produtivas e transações econômicas visando demonstrar o desempenho real de uma economia em determinado período e é indispensável para o planejamento de políticas econômicas como também para análise do comportamento dos agregados econômicos (SOUZA, 2009). As informações fornecidas pela contabilidade nacional também contribui para a análise das demonstrações financeiras das empresas e para a elaboração de suas projeções (SILVA, 2012).

2.3. Produto Interno Bruto - PIB

Existem três formas diferentes de medir o PIB, mas todas chegam ao mesmo resultado são elas: pela soma de todas as compras finais (consumo das famílias, consumo do governo, investimento em capital e a diferença entre exportações e importações) da economia, pela soma do valor adicionado (vendas mais acréscimos de estoque menos consumos intermediários) por todas as empresas da economia e pela soma de todas as rendas (salários, juros, lucros, aluguéis) dos fatores de produção (trabalho, capital de empréstimo, capital de risco e propriedade física de bens de capital) da economia (D.SACHS & LARRAIN B., 2000; VASCONCELLOS, 2009; ALÉM, 2010; SIMONSEN & CYSNE, 2009)

Pinho *et al* (1998) conceitua o PIB como o valor das quantidades de bens e serviços finais produzidos que remuneram os fatores de produção dos residentes do país e faz uma distinção entre produto nacional bruto - PNB que diferentemente do PIB inclui os pagamentos feitos a fatores de produção pertencentes a não residentes.

Dornbusch, Fischer e Startz (2009) definem o PIB como o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em dado período, o qual inclui o valor de bens produzidos tais como, casas e carros, e o valor dos serviços tais como viagens aéreas e aulas de contabilidade.

2.3.1 PIB sob a ótica da oferta a custo de fatores

O PIB sob a ótica da oferta é calculado medindo a contribuição de cada atividade econômica para sua composição, ou seja, soma-se o valor adicionado por cada um dos setores da economia (D.SACHS & LARRAIN B., 2000). O IBGE calcula o PIB sob a ótica da oferta através do sistema de contas nacionais IBGE referência 2000, este sistema é caracterizado pela integração de cada grupo de atividades com a Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, na qual representa uma agrupamento de empresas com estruturas semelhantes de consumo e produção (IBGE - SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS REFERÊNCIA 2000).

O PIB que será analisado no trabalho é o PIB sob a ótica da oferta a custo de fatores, ou seja, não se leva em consideração os impostos indiretos líquidos de subsídios do governo, pois este altera os preços dos bens e serviços e não tem como contrapartida pagamentos a fatores de produção, impedindo assim de se ter uma idéia de quanto efetivamente cada unidade produtiva gerou de valor adicionado para a economia (PAULANI & BRAGA, 2013)

Para se ter uma idéia de como se é calculado o PIB sob a ótica da oferta e facilitar o entendimento das tabelas utilizadas para análise, eis um exemplo do livro de Paulani e Braga (2013):

Tabela 1 - PIB do Brasil: Ótica da oferta a preços de mercado 2007

| | R\$ milhões |
|-----------------------------|-------------|
| Valor Bruto da Produção | 4.628.740 |
| Impostos sobre produtos | 374.744 |
| (-) Subsídios a produtos | -1258 |
| (-) Consumo Intermediário | -2.340.882 |
| (=) PIB a preços de mercado | 2.661.344 |

Fonte: Adaptado de Paulani & Braga
Dados coletados do IBGE

A tabela 1 mostra o cálculo do PIB sob a ótica da oferta a preços de mercado que é o PIB divulgado pela mídia, esta leva em consideração o impostos sobre produtos e os subsídios (PAULANI & BRAGA, 2013).

Tabela 2 - PIB do Brasil: Ótica da oferta a custo de fatores - 2007

| | R\$ milhões |
|----------------------------|---------------|
| Valor Bruto da Produção | 4.628.740 |
| Impostos sobre produtos | não considera |
| (-) Subsídios a produtos | não considera |
| (-) Consumo Intermediário | -2.340.882 |
| (=) PIB a custo de fatores | 2.287.858 |

Fonte: Elaborada pelo Autor (2014)

Dados coletados do IBGE

A tabela 2 mostra o cálculo do PIB sob a ótica da oferta a custo de fatores utilizado no presente trabalho.

2.3.2. O que não contabilizar no PIB

O Convencionalismo e a arbitragem é algo quase que inevitável na contabilização do PIB, assim, lucros ou prejuízos na revenda de ativos físicos e financeiros (tais como ganho na especulação imobiliária e na revenda de ações), atividades ilegais ou para-ilegais (tráfico de drogas, contrabando, etc.), a revenda de bens produzidos em períodos anteriores e os bens e serviços que não passam pelo mercado ou que não tem informações confiáveis sobre seus custos não devem ser contabilizados na composição do produto, contudo, os serviços ditos não monetários tais como: pagamentos a empregados na forma de alimentação, habitação, educação, saúde, como também a produção agrícola consumida pelos próprios agricultores, etc., devem ser contabilizados (SIMONSEN & CYSNE, 2009; D.SANCHS & LARRAIN, 2000).

2.3.3. Possíveis causas de variação do PIB

Um dos motivos que faz o valor do PIB variar é a mudança da quantidade disponível de recursos na economia, e os principais são capital e trabalho, assim, quanto mais gente trabalhar maior será a produção, já quanto menos pessoas trabalhar a produção diminuirá e quanto maior for o estoque de capital (edifícios, máquinas, equipamentos, etc.) maior será a produção, e se houver diminuição do estoque de capital menor será a produção. Um segundo motivo para variação do PIB, que é a mudança na eficiência dos fatores de produção, quanto mais eficiente forem esses fatores, maior será a produção, ou seja, com os mesmos fatores de produção começa-se a produzir mais devido ao aumento na eficiência, caso contrário a produção pode diminuir ou mesmo estacionar (DORNBUSH, FISCHER E STARTZ, 2009).

Pinho *et al*(1998) aponta um terceiro motivo de variação do PIB que é a variação de preços e não a variação real, ou seja, pode haver um aumento no PIB simplesmente porque a inflação (perda do poder de compra da moeda) aumentou, a quantidade física é a mesma mais o valor cresce devido a inflação e se houver uma deflação haverá uma diminuição no valor do PIB, será preciso um valor menor para produzir a mesma quantidade.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho quanto ao objetivo da pesquisa é classificado como descritiva, pois, a pesquisa pode ser considerada descritiva se seu objetivo for descrever as características de um fenômeno, identificar a relação entre variáveis como também proporcionar uma nova visão sobre um fenômeno, situação ou relação entre variáveis (GIL, 2009). Isto é o que pretende a pesquisa analisar descritivamente os componentes do PIB de maneira detalhada com uma visão interpretativa.

Quanto aos procedimentos a pesquisa se classifica como Documental, devido os dados ser obtidos do site do IPEA que teve como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pois, conforme Gil (2010) está vale-se de todo tipo de documentos capaz de comprovar algum fato ou acontecimento.

Quanto à abordagem do problema o trabalho se classifica como qualitativa, pois, esta pode ser feita através de uma análise qualitativa baseada em um conhecimento teórico adotado anteriormente pelo pesquisador com o objetivo de explicar palavras e idéias manifestas, bem como conceitos adotados, mas nem sempre compreendidos e que procurar deduzir por meio de raciocínio, conclusões com base em definições pré-estabelecidas e por conseqüências (BAPTISTA E CAMPOS, 2010). Não muito diferente, Sampieri, Collado e Lúcio (2012) dizem que esta procura obter informações de variáveis ou situações em profundidade nas próprias palavras, definições ou termos levando em consideração o contexto em que estão inseridas. A pesquisa também é quantitativa pois esta é caracterizada pela medição e transformação das variáveis em número para a utilização de instrumentos estatísticos com vista a validar os resultados para o todo e também para comprovar afirmações, teorias formuladas de modo lógico (SAMPIERI, COLLADO & LUCIO, 2012).

Em relação aos dados, retirou-se uma amostra de uma série histórica da composição do PIB (sob a ótica da oferta) em termos anuais em forma de tabela de uma planilha Excel utilizado na carta de conjunta econômica de 2014 elaborado e disponibilizado no próprio site pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e sua Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas - Dimac, o qual utilizou um sistema de informação baseado em gestão por resultados econômicos chamado Gestão Econômica - GECON que visar mensurar o valor econômico da empresa e permite a simulação, o planejamento e o controle da atuação da entidade com base na evolução do valor adicionado, e teve como fonte o sistema de contas nacionais referência 2000 do IBGE. Esta amostra compreende o período de 1995 a 2013 e foi utilizada a planilha Excel para complementar a tabela com as medidas estatísticas descritivas básicas e uma ferramenta inferencial chamado de intervalo de confiança para média

As estatísticas descritivas utilizadas foram: a média aritmética amostral que tem como função representar o valor ao redor do qual os dados estão concentrados; o desvio padrão amostral que é uma medida que indica a dispersão de cada observação em torno da média para um único conjunto de dados e o coeficiente de variação que também representa a dispersão do conjunto de dados em torno da média, contudo este é utilizado para poder-se comparar variações entre diferentes conjunto de dados de médias ou unidades diferentes (WEBSTER, 2006).

O intervalo de confiança para a média é utilizado para se determinar um intervalo de valores em que a certo nível de confiança pode-se afirmar que a verdadeira média populacional do conjunto de dados estudados está dentro do intervalo encontrado por ele, no caso deste trabalho supondo normalidade na distribuição dos dados analisados, sabendo-se que o desvio padrão populacional é desconhecido e que a amostra de cada componente do PIB é menor que 30 observações, utilizou-se a estatística t-student com n-1 graus de liberdade (WEBSTER, 2006).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta seção, as tabelas 3 e 4, as quais mostra a contribuição de cada componente do PIB sob a ótica da oferta a custo de fatores e auxiliando, também, tem-se a tabela 5 que mostra os intervalos de 99% confiança para o verdadeiro valor da média de contribuição de cada componente, o limite inferior destes intervalos será considerado o percentual mínimo esperado de contribuição de cada componente e o limite superior destes intervalos será considerado o percentual máximo esperado de contribuição de cada componente para o PIB.

Tabela 3 - Composição do PIB: Ótica da Oferta a custo de fatores (Em %)

| Período | Agropecuária | Indústria | | | | Total |
|-----------|--------------|--------------|---------------|------------|-------|-------|
| | | Ext. mineral | Transformação | Construção | Siup | |
| 1995 | 5,77 | 0,82 | 18,62 | 5,49 | 2,6 | 27,53 |
| 1996 | 5,51 | 0,91 | 16,8 | 5,69 | 2,59 | 25,98 |
| 1997 | 5,4 | 0,83 | 16,67 | 5,99 | 2,64 | 26,13 |
| 1998 | 5,52 | 0,73 | 15,72 | 6,16 | 3,06 | 25,66 |
| 1999 | 5,47 | 0,98 | 16,12 | 5,63 | 3,22 | 25,95 |
| 2000 | 5,6 | 1,59 | 17,22 | 5,52 | 3,4 | 27,73 |
| 2001 | 5,97 | 1,47 | 17,13 | 5,32 | 3 | 26,92 |
| 2002 | 6,62 | 1,6 | 16,85 | 5,28 | 3,32 | 27,05 |
| 2003 | 7,39 | 1,72 | 18,02 | 4,69 | 3,42 | 27,85 |
| 2004 | 6,91 | 1,92 | 19,22 | 5,09 | 3,88 | 30,11 |
| 2005 | 5,71 | 2,46 | 18,09 | 4,9 | 3,82 | 29,27 |
| 2006 | 5,48 | 2,89 | 17,37 | 4,73 | 3,76 | 28,75 |
| 2007 | 5,56 | 2,35 | 17,03 | 4,86 | 3,58 | 27,81 |
| 2008 | 5,91 | 3,24 | 16,63 | 4,9 | 3,13 | 27,9 |
| 2009 | 5,63 | 1,83 | 16,65 | 5,25 | 3,1 | 26,83 |
| 2010 | 5,3 | 2,97 | 16,23 | 5,65 | 3,22 | 28,07 |
| 2011 | 5,46 | 4,08 | 14,6 | 5,78 | 3,08 | 27,53 |
| 2012 | 5,32 | 4,27 | 12,95 | 5,72 | 3,08 | 26,02 |
| 2013 | 5,71 | 4,11 | 13,13 | 5,4 | 2,34 | 24,98 |
| Média | 5,8 | 2,15 | 16,58 | 5,37 | 3,17 | 27,27 |
| Desvio P. | 0,56 | 1,17 | 1,62 | 0,42 | 0,43 | 1,31 |
| CV* | 9,65 | 54,41 | 9,77 | 7,82 | 13,56 | 4,8 |

Fonte: Elaboração: IPEA/DIMAC/GECON

Complementada pelo autor (2014)

IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000.

^aAdministração Pública + Seguridade Social + Educação Pública + Saúde Pública

*Coeficiente de Variação

Analisando o PIB pela ótica da oferta, que é a ótica que permite ver a contribuição de cada atividade da economia na formação do produto, os dados da tabela 3 mostram que a agropecuária teve a sua maior contribuição no ano de 2003, a qual foi de 7,39%, isso pode ser atribuído ao plano agrícola e pecuário 2002/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, ainda no governo de FHC, que teve como objetivo fortalecer e estimular a agricultura e pecuária brasileira autorizando a aplicação de 21,7 bilhões para

apoiar o plantio, dentre os programas do plano estavam incluídos a correção do solo, a renovação de pastagens e a construção de armazéns nas propriedades (MORAIS, 2002).

Tabela 4 - Composição do PIB: Ótica da Oferta a custo de fatores(Em%)

| Período | Serviços | | | | | | | Total |
|-----------|----------|-----------------------------------|------------------------|------------------------------------|-----------------|----------------------------------|---------------------------|-------|
| | Comércio | Transporte, armazenagem e correio | Serviços de informação | Intermediação financeira e seguros | Outros serviços | Serviços imobiliários e aluguéis | Adm. Pública ^a | |
| 1995 | 11,71 | 4,43 | 0,70 | 9,03 | 16,30 | 8,94 | 15,59 | 66,70 |
| 1996 | 10,43 | 4,25 | 1,01 | 8,06 | 17,35 | 12,10 | 15,31 | 68,50 |
| 1997 | 10,25 | 4,59 | 1,08 | 7,68 | 17,10 | 13,05 | 14,72 | 68,47 |
| 1998 | 9,86 | 4,41 | 1,51 | 7,94 | 16,82 | 13,20 | 15,08 | 68,82 |
| 1999 | 9,99 | 4,18 | 1,64 | 7,31 | 18,02 | 12,20 | 15,25 | 68,58 |
| 2000 | 10,60 | 4,87 | 3,60 | 5,96 | 15,41 | 11,30 | 14,93 | 66,67 |
| 2001 | 10,69 | 5,05 | 3,50 | 6,81 | 14,87 | 10,68 | 15,52 | 67,10 |
| 2002 | 10,16 | 4,79 | 3,56 | 7,47 | 14,58 | 10,24 | 15,53 | 66,33 |
| 2003 | 10,59 | 4,68 | 3,63 | 7,09 | 14,03 | 9,64 | 15,11 | 64,77 |
| 2004 | 11,03 | 4,70 | 3,85 | 5,82 | 13,84 | 9,07 | 14,67 | 62,97 |
| 2005 | 11,17 | 4,97 | 3,98 | 7,05 | 13,80 | 9,01 | 15,05 | 65,02 |
| 2006 | 11,48 | 4,85 | 3,79 | 7,20 | 14,48 | 8,66 | 15,31 | 65,76 |
| 2007 | 12,12 | 4,80 | 3,83 | 7,68 | 14,23 | 8,50 | 15,46 | 66,63 |
| 2008 | 12,53 | 5,00 | 3,80 | 6,80 | 14,14 | 8,15 | 15,77 | 66,18 |
| 2009 | 12,49 | 4,80 | 3,57 | 7,24 | 14,74 | 8,37 | 16,33 | 67,54 |
| 2010 | 12,52 | 5,02 | 3,22 | 7,51 | 14,32 | 7,83 | 16,20 | 66,63 |
| 2011 | 12,65 | 5,13 | 3,05 | 7,43 | 14,54 | 7,88 | 16,33 | 67,01 |
| 2012 | 12,74 | 5,40 | 2,89 | 7,16 | 15,66 | 8,21 | 16,60 | 68,66 |
| 2013 | 12,72 | 5,31 | 2,63 | 6,94 | 15,72 | 8,28 | 17,71 | 69,32 |
| Média | 11,35 | 4,8 | 2,89 | 7,27 | 15,26 | 9,75 | 15,6 | 66,93 |
| Desvio P. | 1,04 | 0,33 | 1,11 | 0,71 | 1,29 | 1,8 | 0,75 | 1,61 |
| CV* | 9,18 | 6,87 | 38,41 | 9,78 | 8,45 | 18,46 | 4,81 | 2,41 |

Fonte: Elaboração: IPEA/DIMAC/GECON

Complementada pelo autor (2014)

IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000.

^aAdministração Pública + Seguridade Social + Educação Pública + Saúde Pública

*Coeficiente de Variação

Já a menor contribuição de acordo com a tabela 3 foi de 5,32% no ano de 2012, onde segundo a Assessoria de Gestão Estratégia do MAPA agora sob o governo da atual presidente Dilma Roussef, a crise das economias européias e os planos para a organização de uma nova visão da agricultura, eram aspectos do cenário atual que podiam afetar a agropecuária, respectivamente em curto, médio e longo prazo. Durante todo o período analisado a tabela 3 mostra que a agropecuária teve uma contribuição média de 5,80% com um desvio padrão de 0,56% e um coeficiente de variação de 9,65% revelando uma baixa dispersão em torno da média e de acordo com a tabela 5 este componente no ano de 1997, 2010 e 2012 teve suas contribuições abaixo limite do inferior do intervalo de 99% de confiança para a verdadeira contribuição média que é considerada o mínimo esperado ou aceitável dentro dos padrões estatísticos e em 2002, 2003 e 2004 teve sua participação acima do limite máximo deste intervalo de confiança que é de 6,18%.

Tabela 5 - Intervalo de 99% de Confiança para contribuição média de cada componente do PIB : Ótica da Oferta a custo de fatores [Em %] {t-student (n-1) g.l}

| | | |
|-----------|------------------------------------|-------------------|
| Indústria | Agropecuária | [5,42 ; 6,18] |
| | Ext. Mineral | [1,35 ; 2,95] |
| | Transformação | [15,47 ; 17,69] |
| | Construção | [5,08 ; 5,66] |
| | Siup | [2,88 ; 3,46] |
| | Total | [26,37 ; 28,16] |
| Serviços | Comércio | [10,64 ; 12,06] |
| | Transporte, Armazenagem e Correio | [4,57 ; 5,02] |
| | Serv. de Informação | [2,13 ; 3,65] |
| | Intermediação Financeira e Seguros | [6,78 ; 7,75] |
| | Outros Serviços | [14,38 ; 16,14] |
| | Serv. Imobiliários e Aluguéis | [8,52 ; 10,98] |
| | Adm. Pública ^a | [15,08 ; 16,11] |
| | Total | [65,83 ; 68,03] |

Fonte: Elaborada pelo Autor (2014)

^aAdministração Pública + Seguridade Social + Educação Pública + Saúde Pública

Em relação a indústria extrativa mineral, conforme se observa na tabela 3, ela teve sua menor participação que foi de 0,82% em 1995 e depois disso a cada ano só tem variado mas com tendência crescente e com a maior participação em 2012 de 4,27%, isso de acordo com o Relatório do setor extrativo mineral da Confederação Nacional da Indústria - CNI de 2010 se deve a descobertas de novas reservas minerais e do grande potencial mineral que o país possui, mas que infelizmente o Estado não tem investido em conhecimento geológico básico, desde a década de 70, como também tem encontrado grande dificuldade para o financiamento deste conhecimento, trazendo como consequência o não aproveitamento ótimo deste grande potencial que o país possui. O ciclo de investimento na indústria extrativa mineral foi prejudicado pela redução de investimentos na implantação, expansão e manutenção da capacidade produtiva especialmente no período de 1990 a 2001, contudo entre 2001 a 2005 houve um crescimento sustentado e dando destaque para o aumento significativo entre 2004 e 2005 e até 2010 manteve uma participação média de 2,62% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI, 2010). De acordo com a tabela 3 e 5 este componente teve suas contribuições abaixo do limite mínimo esperado que é de 1,35% em 1995, 1996, 1997 e 1998 e acima do máximo esperado que é de 2,95% em 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013, revelando assim uma tendência de crescimento nos próximos anos.

Observando a indústria de transformação de acordo com a tabela 3 a sua maior contribuição foi em 2004 com 19,22% e a sua menor foi em 2012 com 12,95%, esta apresentou uma contribuição média de 16,58%, desvio padrão de 1,62% e coeficiente de variação de 9,77% revelando uma média variação interna e uma pequena variação relativa aos outros componentes, considerando também o intervalo de 99% de confiança da tabela 5, este componente teve sua contribuição abaixo do mínimo esperado que é de 15,47% em 2011, 2012 e 2013 revelando uma tendência de queda na de sua participação no produto e teve sua contribuição acima do máximo esperado em 1995, 2003, 2004 e 2005. O ano de 2004 foi um ano recorde para o setor industrial superando todas as expectativas, sendo destaque a indústria de transformação com um aumento de 8,5% e 4,3% , em parte influenciados pelo crescimento

de bens de consumo duráveis do segmento automotivo e eletroeletrônico, crescimento esse alcançado pelo aumento da concessão de crédito e um maior dinamismo nas exportações (BOLETIM ANUAL 2004 BACEN).

Após esse período de maior contribuição da indústria de transformação no PIB, de acordo com a tabela 3 e com o vice-presidente da maior entidade de classe das indústrias do Brasil a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP Coelho (*apud* BARROS, 2014), a contribuição deste sub-setor vem decrescendo nos últimos anos com as menores contribuições no ano de 2012 de 12,95% e 2013 de 13,13%, isso apesar da implantação do Plano Brasil Maior que é um conjunto de medidas de política industrial autorizado pelo governo federal e executado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia - Decomtec do FIESP com o objetivo de amenizar deficiências no ambiente competitivo do país anunciado em 2011, o qual não foi o suficiente para um período marcado pelas conseqüências de câmbio, taxa de juros, carga tributária, problemas de infraestrutura e do excesso de burocracia, os quais tiveram um peso muito grande na perda de competitividade do Brasil e que apesar de o aumento da renda ser uma coisa boa, quem mais absorveu esse aumento foram os importados, pois, entre 2005 e 2013 a taxa de câmbio esteve, em média, 40% sobrevalorizada, tornando o produto brasileiro mais caro, devido à produção no Brasil se tornar mais onerosa em relação a outros países (COELHO, *apud* BARROS, 2014).

Observando agora a indústria de construção civil, de acordo com a tabela 3 o seu período de maior contribuição para o PIB foi em 1998 com 6,16% e o de menor foi em 2003 com 4,69%, tendo uma contribuição média no período analisado de 5,37% e dentre os componentes da indústria foi o que apresentou a menor variabilidade em relação à média, demonstrando assim ser o componente mais homogêneo que compõe a indústria. A Pesquisa Anual da Indústria de Construção - PAIC de 2003 do IBGE argumenta que, o ano foi marcado por forte valorização do dólar, elevação do nível geral de preços e um ambiente econômico de incerteza o que levou o governo a tomar medidas restritivas em relação a política monetária e fiscal para tentar conter a inflação do período, havendo cortes nos gastos governamentais de 16,1% para 12,3%, tendo como conseqüência uma redução significativa no setor de construção civil (pois mantinha uma forte dependência de investimentos públicos). Já em relação a 1998, a PAIC deste ano revela que a maior contribuição para o PIB foi devido principalmente ao valor adicionado pelas obras viárias que passou de R\$ 1.9423.52.000 em 1997 para R\$ 3.413.697.000 em 1998. Observando a tabela 5, suas contribuições abaixo do mínimo esperado que foi de 5,08% foram em 2003, 2005, 2006, 2007, e 2008 e suas contribuições acima do máximo esperado que é de 5,66% foram em 1996, 2011 e 2012

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública - Siup de acordo com a tabela 3, teve a sua maior participação no ano de 2004 com 3,88% do PIB e a menor no ano de 2013 com apenas 2,34% de contribuição para o produto, a contribuição média foi de 3,17% com desvio padrão de 0,43% e coeficiente de variação de 13,56% apresentando uma leve variação em torno da média. Em virtude da falta de informação das possíveis causas a respeito do desempenho deste setor nos respectivos períodos de destaque, não foi possível contextualizar tais resultados, mas de acordo com a tabela 5 este componente teve a sua contribuição abaixo do mínimo esperado que é de 2,88% nos anos de 1995, 1996, 1997 e 2013 e teve contribuições acima do máximo esperado que é de 3,46% nos anos 2004, 2005, 2006 e 2007.

O comércio de acordo com a tabela 4 teve a sua maior contribuição para o PIB no ano de 2012 de 12,74%, sendo o comércio varejista o que mais contribuiu, pois em relação ao

comércio de veículos automotores, peças e motocicletas e o comércio por atacado, foi o que teve a maior margem de comercialização (diferença entre a receita líquida de revenda e o custo das mercadorias vendidas) que foi de R\$ 289,7 milhões (53,4%) e também a maior taxa de margem de comercialização (representa o retorno obtido a cada unidade monetária comercializada) de 39,0% (Pesquisa Anual do Comércio - PAC, 2012). Com relação ao ano de menor contribuição do comércio em 1998 de 9,86%, o componente do comércio que teve uma maior margem de comercialização foi o varejo que foi de R\$ 32.955.283 (50,67%), seguida pelo atacado com R\$ 20.506.751(31,53%), ressaltando que a margem de comercialização do comércio por atacado de produtos intermediários, resíduos e sucatas (11,64%) foi superior a do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumos (7,99%) (Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA - IBGE, 2014). Já em relação ao comércio de veículos e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis apesar destes possuir um número maior de estabelecimentos 86.013 em relação ao atacado 71.498 no ano de 1998, tiveram uma margem de comercialização (17,8%) inferior à do comércio por atacado (Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA - IBGE, 2014). A contribuição média do comércio no período analisado de acordo com a tabela 4 foi de 11,35%, desvio padrão de 1,04 e coeficiente de variação de 9,18%, revelando uma baixa dispersão em torno da média e conforme a tabela 5, teve sua contribuição abaixo do mínimo esperado que é de 10,64% nos anos de 1996 a 2000 e em 2002 e acima do máximo esperado nos anos de 2007 a 2013, revelando assim um constância da contribuição acima do máximo esperado.

Os serviços de transporte, armazenagem e correio deu sua maior contribuição como mostra a tabela 4 no ano de 2012 com 5,4% do produto e a menor em 1999 com 4,18%, apresentando uma contribuição média de 4,8%, desvio padrão de 0,33 e coeficiente de variação de 6,87% revelando uma baixa dispersão, tanto interna como em relação aos outros componentes e também de acordo com a tabela 5 é possível ver que suas contribuições abaixo do mínimo esperado que é de 4,57% foi em 1995 a 1999 e suas contribuições acima do máximo esperado foi em 2001, 2011, 2012 e 2013, revelando tendência de crescimento de participação no PIB. Em relação ao ano de 2012, o boletim anual 2012 do Banco Central do Brasil - BACEN revela que o ano foi pouco dinâmico com um crescimento de 0,9% e que os serviços de transporte, armazenagem e correio teve desempenho positivo no primeiro, segundo e quarto trimestre respectivamente de 0,6%, 0,5% e 1,1% e no terceiro trimestre se manteve estável com variação nula. Já em relação a 1999 o boletim anual 1999 do BACEN diz que devido a crise financeira internacional no fim de 1998 houve uma mudança no regime cambial brasileiro com uma desvalorização do real, trazendo como consequência um possível aumento significativo da inflação, como também a redução dos gastos públicos e elevação das taxas de juros, como também variações nas expectativas quanto ao desempenho da economia no período. O boletim também afirma que os serviços de transporte, armazenagens e correio registrou uma queda de 0,1%.

A categoria dos serviços de informação conforme a tabela 4 se mostrou crescente no período analisado com a maior contribuição em 2005 com 3,98% do produto e a menor contribuição no ano de 1995 de 0,7%, apresentando uma contribuição média de 2,89%, desvio padrão 1,11% e coeficiente de variação de 38,41%, revelando uma grande dispersão interna e em relação aos outros componentes do produto, onde também é possível ver com a ajuda da tabela 5 que suas contribuições abaixo do mínimo esperado que é de 2,13% foi de 1995 a 1999 e acima do máximo esperado que é de 3,65% nos anos de 2004 e 2008.

O boletim anual do BACEN 2005 relata que a incerteza do cenário político, o ciclo da política monetária voltada para a manutenção da estabilidade de preços, a variação da taxa de juros foram alguns dos fatores que condicionaram o desempenho da economia neste ano, o qual no primeiro trimestre teve uma elevação gradual da taxa de juros e desaceleração da economia acompanhada numa redução no consumo das famílias e nos investimentos, já nos três últimos trimestres o consumo das famílias manteve-se de forma ascendente. Com essa maior capacidade de compra e com a popularização dos equipamentos de informática e comunicação, houve um aumento no consumo desses serviços (SALA DE IMPRENSA-IBGE, 2007). Em relação a 1995, esse ano foi um marco na história da internet no Brasil, pois foi o ano que houve a liberação da internet para exploração comercial, criação do comitê gestor da internet no Brasil através da portaria interministerial nº147, de 31 de Maio e a implantação de uma rede integrada de acesso nacional pela Embratel (GEBRAN, 2009; COMITÊ GESTOR DA INTERNET – CGI, 2014). Isso é o suficiente para entender a baixa contribuição para o PIB dos serviços de informação no ano de 1995, pois representa o início da utilização da internet no Brasil em larga escala.

Com relação aos serviços de intermediação financeira e seguros a tabela 4 mostra que estes tiveram sua maior contribuição para o PIB em 1995 que foi de 9,03% e o menor ano de contribuição foi em 2004 de 5,82%, tendo uma contribuição média no período analisado de 7,27% com um desvio padrão de 0,71 e coeficiente de variação de 9,78% que representa uma baixa variação interna e em relação aos outros componentes do produto e também com a ajuda da tabela 5 é possível ver que suas contribuições abaixo do mínimo esperado que é de 6,78% foi nos anos de 2000 e 2004 e contribuições acima do máximo esperado que é de 7,75% nos anos de 1995, 1996 e 1998. A estabilidade da moeda brasileira através da implantação do plano Real em julho de 1994 acompanhada da redução do número de instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN criou condições para que surgisse um processo de desintermediação financeira com conseqüente redução da participação do SFN no PIB, onde o ano de 1995 foi o primeiro ano após a redução inflacionária, considerado também um período de instabilidade devido ao desaparecimento de grandes e pequenos bancos privados e intervenção nos bancos estaduais, mas ainda com resquícios do processo inflacionário, foi o ano que mais contribuiu para o produto no período analisado, a partir daí não mais com os ganhos do processo inflacionário, incremento das importações exigindo níveis mais ágeis de serviços e revelando ineficiências de alguns setores domésticos, corte de subsídios e dificuldades de acesso ao crédito a alguns setores da economia foram os fatores que influenciaram na magnitude de contribuição dos serviços de intermediação financeira e seguros e a tendência desde então é que a participação deste componente no produto se mantenha com pouca variação em torno da média (BACEN, 2014).

O Componente Outros Serviços de acordo com a tabela 4 teve sua maior contribuição de 17,35% no ano de 1996 e a menor no ano de 2005 que foi de 13,80%, apresentou uma contribuição média de 15,26% com desvio padrão de 1,29% e coeficiente de variação de 8,45%, demonstrando uma leve variação em relação à média, também com a ajuda da tabela 5 verificamos que suas contribuições abaixo do mínimo esperado que é de 14,38% foram em 2003, 2004, 2007, 2008 e 2010 e suas contribuições acima do máximo esperado que é de 16,14% foram de 1995 a 1999. De acordo com o Boletim Anual de 1996 do BACEN, o desempenho da economia brasileira no ano de 1996 se caracterizou pela continuação do processo de redução inflacionária e um cenário de crescimento econômico, também pela criação do Comitê de Política Monetária (Copom) do BACEN que tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de determinar a meta da taxa de juros da economia SELIC e seu eventual viés e entre outras coisas também criadas nesse ano. Neste

sentido é correto perceber a condição favorável que foi criada para o desenvolvimento das atividades econômicas, entre as quais a categoria outros serviços também faz parte.

A tabela 4 mostra que o sub-setor Serviços Imobiliários e Aluguéis tiveram a maior contribuição no PIB dentro do período analisado em termos percentuais de 13,20% no ano de 1998, a menor contribuição no ano de 2010 de 7,83%, e com uma contribuição média no período de 9,75%, desvio padrão de 1,8% e coeficiente de variação de 18,46%, revelando uma média dispersão em relação a média e com ajuda da tabela 5 vemos que suas contribuições abaixo do mínimo esperado que é de 8,52% ocorreram de 2007 a 2013, revelando situação não muito otimista do ponto de vista de aumento de sua contribuição ao produto e suas contribuições acima do máximo esperado que é de 10,98% foram nos anos de 1996 a 2000. O boletim anual do BACEN, afirma que em 1996 a maior alta de preços se deu no grupo da habitação com um aumento dos preços dos aluguéis de 35,27%, além das majorações das tarifas públicas residenciais. Isto explica o aumento da contribuição dos serviços imobiliários e aluguéis. Em 2010, o componente de serviços imobiliários e aluguéis foi o que menos cresceu com uma taxa de 1,7% a menor entre todos os componentes que compõe a categoria de serviços (PORTAL BRASIL, 2011).

A administração pública que inclui educação e saúde pública, como também seguridade social, de acordo com a tabela 4 teve sua maior participação no PIB em 2013 com 17,71% do produto e a menor participação em 2004 onde representou 14,67% do PIB. Esta ainda de acordo com a tabela 4 teve uma contribuição média de 15,60% com desvio padrão de 0,75% e coeficiente de variação de 4,81%, demonstrando uma pequena variação em torno da média e com ajuda da tabela 5, podemos ver que suas contribuições abaixo do mínimo aceitável que é de 15,08 foram em 1997, 2000 e 2004, assim como suas contribuições acima do máximo esperado foram de 2009 a 2013, revelando uma tendência de contribuição do governo ao produto através dos salários de seus servidores. Em 2013 todas as atividades que compõem os serviços tiveram um crescimento acumulado e a administração, saúde e educação pública registraram um crescimento de 2,1% (PORTAL BRASIL, 2014).

Nesse ano de acordo com o boletim anual 2013 do BACEN houve também um aumento real nos rendimentos dos empregados dos setores privados, autônomos e empregados públicos respectivamente de 2,9%, 1,3% e 0,5%. Outro fato interessante é que de acordo com o relatório anual do BNDES 2013, o ano de 2013 foi onde o banco alcançou o recorde em termos percentuais no que se refere aos investimentos feitos nas microempresas e empresas de pequeno porte (26,8%), assim como também em relação a outras categorias de investimento tal como a infraestrutura, economia verde e indústria, em termos gerais foi um ano em que o banco desembolsou 22,1% acima do valor nominal desembolsado em 2012. Complementarmente de acordo com o relatório de análise da Seguridade Social 2013 da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP e da Fundação ANFIP de estudos da Seguridade Social, a crise internacional de 2008 afetou as economias dos países e ainda afetam onde as maiores economias ainda procuram uma maneira de superá-la, o relatório também destaca que de acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI o processo de lenta recuperação da economia mundial não favorece a recuperação de empregos, pois a Organização Internacional do Trabalho - OIT afirma que o desemprego aumentou com cinco milhões a mais de desempregados e que se a tendência continuar até 2018 serão mais 18 milhões de novos desempregados. Ainda segundo a pesquisa da ANFIP, o governo brasileiro adotou medidas através de concessão de crédito e renúncias fiscais, subsídios a diversas linhas de financiamentos a vários programas de governo, investimentos do governo e estatais para diminuir os efeitos dessa crise, como também tem

aumentado o nível de emprego e renda, mas mesmo assim apresentou um crescimento pequeno diante das muitas expectativas.

Em relação ao ano de 2004, um período marcado por um crescimento setorialmente generalizado, com destaque para a geração de novos empregos em todos os setores, expansão dos investimentos, crescimento do consumo possibilitado pela ampliação do crédito e aumento da renda, o sub-setor de serviços da administração pública foi o que teve o menor crescimento dos componentes do setor de serviços com 1,6%, aumento devido principalmente ao número de benefícios concedidos pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e aumento de gastos com saúde e educação, mas o destaque foi para o sub-setor de comércio e transporte com crescimentos de 7,9% e 4,9%, respectivamente (BOLETIM ANUAL BACEN 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

È perceptível a importância tanto para a Contabilidade como para toda a sociedade, da análise do desempenho da economia e do ambiente econômico no qual se está inserido tanto a nível nacional como a nível global, pois a cada dia as economias dos países estão se tornando mais dependentes umas das outras devido ao processo de globalização dos negócios e os avanços tecnológicos, análise justificada principalmente pelo comportamento dinâmico das variáveis econômicas, obrigando a sua constância. As perspectivas de investimento, as possibilidades de crescimento e desenvolvimento econômico, a evolução das contas do governo, o comportamento do fenômeno inflacionário, indicadores de emprego e desemprego, como também os indicadores sociais são exemplos de fatores fundamentais que precisam sempre ser analisados e compreendidos para que se possa adquirir maturidade na condução das análises das demonstrações contábeis das empresas, na utilização dessas informações para possíveis projeções de vendas, de fluxos de caixa, etc. A análise do ambiente econômico também contribui de um modo geral para planejamentos de custos e tributários, no auxílio de tomadas de decisões de investimento e financiamentos da empresa da qual se é o gestor responsável, bem como para visualizar possíveis possibilidades de contribuição da empresa para a melhoria da qualidade de vida de todos que estão ao seu redor (ALÉM, 2010; SILVA, 2012).

Em relação às atividades analisadas no trabalho a que mais contribuiu para o PIB nos últimos anos em termos percentuais foi a indústria de transformação com uma contribuição média de 16,58% desvio padrão de 1,62% e coeficiente de variação de 9,77, contudo nos últimos três anos do período sua contribuição diminuiu drasticamente a ponto de extrapolar o limite inferior do intervalo de confiança de sua média, revelando a necessidade de ação do governo e empresários do setor com vista a reverter esta situação, além das já tentativas frustradas como se verificou com o Plano Brasil Maior. Já a atividade que tem contribuído menos em termos percentuais foi a indústria extrativa mineral, pois apresentou o maior coeficiente de variação da série de todas as atividades que compõem o produto, a qual foi de 54% revelando uma alta dispersão em torno da média que foi de 2,15% não dando credibilidade a média como representativa do conjunto de observações, e também foi o sub-setor que apresentou os percentuais menores de contribuição ao produto, no entanto, é possível ver um ponto positivo, que foi o aumento da sua participação ao longo dos anos principalmente nos três últimos anos da série que foram em 2011, 2012 e 2013 com contribuições respectivamente de 4,08%, 4,27% e 4,11% para o PIB, demonstrando uma tendência de crescimento na participação do produto, isto é confirmado, pois esta vem aumentando sua participação no produto além do limite superior de seu intervalo de confiança

ao nível de significância de 1%, onde conforme foi relatado pelo relatório do setor extrativo mineral de 2010 do CNI, isso foram e são consequências da descoberta de novas reservas minerais e do grande potencial mineral não aproveitado pelo governo por falta de investimento no conhecimento geológico nos últimos anos.

O presente trabalho contribui para o despertar dos contadores na a busca de compreensão das inter-relações das políticas econômica, monetária, cambial e fiscal, bem como para as consequências dessas medidas no desempenho das empresas e na sociedade de modo geral. Assim sugere-se que, haja mais pesquisas relacionando as possíveis consequências que o ambiente econômico e a condução das políticas econômica, monetária, cambial e fiscal podem causar no desempenho das empresas, visando utilizar essas informações para se aplicar na análise e projeção das demonstrações contábeis, bem como nas próprias regras de contabilização (por exemplo, em épocas de inflação elevada, apesar de ser dispensado pela legislação, talvez seja necessário corrigir monetariamente os itens do ativo imobilizado e suas depreciações, amortizações e exaustões, ou todas as contas patrimoniais e de resultado, para que a informação contábil não perda a sua credibilidade e se torne defasada).

6. REFERÊNCIAS

ALÉM, Ana Cláudia. **Macroeconomia: Teoria e Prática no Brasil**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

ANFIP. Análise da Seguridade Social 2013. Disponível em:

<<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-720585671.pdf>>

Acessado em 06/11/2014

BACEN. Boletim anual 2012. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2012/re12012cap1p.pdf>>

Acessado em 26/10/2014

BACEN. Boletim anual 1999. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual99/re11999cap1p.pdf>> Acessado em 26/10/2014

BACEN. Boletim anual 2005. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2005/re12005cap1p.pdf>>

Acessado em 28/10/2014

BACEN. Boletim anual 2013. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2013/re12013cap1p.pdf>>

Acessado em 05/11/2014

BACEN. Boletim anual 2004. disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/re12004p.pdf>> Acessado em 06/11/2014

BACEN. Boletim anual 1996. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/Banual96/banualc1.asp#indprod>>

Acessado em 31/10/2014

BACEN. Evolução do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/texto.asp>> Acessado em 28/10/2014

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologia de Pesquisa em Ciências: Análises Quantitativas e Qualitativas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

BARROS, Isabela. Política Industrial Brasileira não é suficiente para garantir bom desempenho do setor, aponta estudos da **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP**. Plano Brasil Maior. Disponível em:

<<http://www.fiesp.com.br/mobile/noticia/?id=153017>> Acessado em 07/10/2014

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5ª Ed. São Paulo: Pearson, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. Relatório setorial: Setor Extrativo Mineral, 2010. Disponível em:

<http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/06/262/20121127141806529865u.pdf> Acessado em 13/10/2014

CGI - Comitê Gestor da Internet. História. Disponível em:

<<http://www.cgi.br/historicos/>> Acessado em 19/11/2014

DORNBUSH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard; Start. **Macroeconomia**. 10^a. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5^aEd. São Paulo: Atlas, 2010.

GEBRAN, Maurício Pessoa. **Tecnologia Educacionais**. 1^aEd. Curitiba: IESDE, 2009.

HALL, Robert E. ; TAYLOR, John B. **Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política**. 7^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 228 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Série Históricas - planilha: Composição do PIB sob a ótica da oferta. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20263&catid=107&Itemid=3> Acessado em 23/08/2014

IBGE- Pesquisa Anual da Construção 2003 - PAIC. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/paic/2003/comentario.pdf> > Acessado em 17/10/2014

IBGE- Pesquisa Anual da Construção 2004 - PAIC. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/54/paic_1998_v8.pdf>

Acessado em 17/10/2014

IBGE- Pesquisa Anual da Construção 2012 - PAIC. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2012/comentarios_2012.pdf> Acessado em 19/10/2014

IBGE - Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2716&z=p&o=10&i=P>>

Acessado em 24/10/2014

IBGE - Sala de Imprensa , 2007. Disponível em:

<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=933>>

Acessado em 28/10/2014

IBGE. SCN - Sistema de Contas Nacionais Referência 2000: Nota metodológica nº 4. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/04_classificacao.pdf> Acessado em 31/10/2014

LUQUE, Carlos A. Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual. In: GREMAUD, Amaury P. *et al*; PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marcos A. S. (Org.). **Manual de Economia**. 3^a. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

Metodologia de Pesquisa. 3^a. Ed. São Paulo: McGraw- Hill, 2012

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade Geral Esquemático**. 1^aEd. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAIS, Marcos Vinicius Pratini de. **Cartilha do Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003**.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTACIMENTO - MAPA. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/planos%20e%20programas/pap%202002%202003.pdf> Acessado em 06/10/2014

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTACIMENTO - MAPA: **Assessoria de Gestão Estratégica**. Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022.

Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20%282%29%281%29.pdf> Acessado em 06/10/2014

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social: uma introdução à Macroeconomia**. 4ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

PORTAL BRASIL. Economia e Emprego. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/03/pib-cresce-7-5-em-2010>>

Acessado em 03/11/2014

PORTAL BRASIL. Economia e Emprego. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/em-2013-pib-cresce-2-3-e-totaliza-r-4-84-trilhoes>> Acessado em 05/11/2014

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Básica**. 1ªEd. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 11ª.Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

VASCONCELLOS, Marcos A. S.. **Economia: Micro e Macro**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WEBSTER, Allen L. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**.1ªEd. São Paulo: McGrawv- Hill, 2006.